



doi: 10.20396/rfe.v12i3.8661850

Educação das infâncias e crianças no Brasil: paradoxos e possibilidades em tempos pandemia

Ana Lúcia Soares da Conceição Araújo¹

Resumo:

O presente artigo faz uma reflexão crítica dos impactos da pandemia para as crianças da Educação Infantil. Delineia algumas concepções de criança, educação da infância nos discursos normativos, durante a suspensão das atividades presenciais nas instituições escolares no ano de 2020, a fim de evitar disseminação do COVID-19. Aponta possibilidade de um tempo que valorize a experiência infantil, como forma de respeitar as culturas das crianças, enquanto durar o distanciamento social.

Palavras-chave: Pandemia; Crianças; Educação Infantil.

Abstract:

This article makes a critical reflection of the impacts of the pandemic on children in Early Childhood Education. It outlines some conceptions of children, childhood education in normative discourses, during the suspension of face-to-face activities in school institutions in the year 2020, in order to avoid dissemination of COVID-19. It points out the possibility of a time that values the childhood experience, as a way to respect the cultures of children, while lasting social distance.

Keywords: Pandemic; Children; childhood education.

¹ Doutora em Difusão Conhecimento pelo Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento da Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade de Educação Olga Metting e Pedagoga pela Universidade Federal da Bahia. Professora da carreira do Ensino Básico, Técnico, Tecnológico da Universidade Federal da Bahia desde de 1997, com experiência na creche da instituição como docente e professora do Curso de Especialização Docência na Educação Infantil da Secretaria da Educação Básica/MEC coordenado pela FACED/UFBA.

Resumen:

Este artículo reflexiona críticamente sobre los impactos de la pandemia en los niños en la Educación Infantil. Se esbozan algunas concepciones de los niños, la educación infantil en los discursos normativos, durante la suspensión de las actividades presenciales en las instituciones escolares en el año 2020, a fin de evitar la difusión de COVID-19. Señala la posibilidad de un tiempo que valore la experiencia de la infancia, como una forma de respetar las culturas de los niños, mientras dure la distancia social.

Palabras clave: Pandemia; Niños; Educación de la primera infancia.

Introdução

O final do ano de 2019 anunciou para 2020 uma nova onda pandêmica provocada por um novo coronavírus (SARS-CoV-2), causando uma doença infecciosa avassaladora, no Brasil e em escala global: a COVID-19. Embora afetando a todos os continentes do mundo, a COVID-19 afetou de forma, transparentemente desigual, principalmente os países que já tinham graves problemas sociais. A guerra (in) visível, como em outros momentos de pandemia na história da humanidade, provocou incertezas, medos e um redimensionamento das ações de crianças, homens, mulheres de todas as faixas etárias e classes em todos os âmbitos de convivência da vida em casa, no trabalho, nos espaços de educação, nas ruas, hospitais, nos cemitérios. Os ritos também mudaram até no momento da morte dos entes queridos, as pessoas e condições continuaram as mesmas tentando adaptar-se as novas exigências sociais e sanitárias. A educação não ficou incólume a este processo.

No que tange à educação no Brasil desde março de 2020, que as aulas presenciais precisaram ser suspensas, pois o vírus alimenta-se de encontros, o que foi necessário para frear a disseminação do COVID -19. O momento político atual de governança no país pautado em uma perspectiva liberal-conservadora, defendeu desde o primeiro caso de infecção pelo novo

coronavírus a “imunidade de rebanho”. Ação política que ceifou 157.946 vidas, dados apresentados no site do Ministério da Saúde, em 27/10/2020. Neste referido dia o número de óbitos, nas últimas 24 horas foi um total de 549 mortes em todo território nacional, o que evidencia a manutenção da taxa ainda alta da curva da doença, com vítimas fatais pelo COVID-19, no Brasil.

Naturalizou-se os altos índices de óbitos diários pelo COVID-19 como se fossem apenas números, como sinaliza Kohan (2020) há uma *necropolítica* consolidada de forma ágil e segura para fortalecer as mãos invisíveis do mercado.

Nesse emaranhado caótico está a educação dos bebês e crianças pequenas que compõem o segmento da educação infantil que, muitas vezes, são esquecidas como sujeitos de direitos, em detrimento dos ditames socioeconômicos da sociedade capitalista.

A fim refletir como a educação dos bebês e as crianças pequenas são afetadas, na tessitura deste artigo trago, inicialmente, um breve mosaico dos impactos sociais e educacionais da pandemia. Em um segundo momento, um esboço das concepções de educação das infâncias e das crianças emergidos durante o processo pandêmico do coronavírus, este ano, nos discursos normativos. E por fim, as possibilidades educativas que podem fortalecer e respeitar a diversidade das múltiplas infâncias e crianças brasileiras, diferentes das práticas educacionais, que acontecem na creche e/ou na pré-escola, mas necessárias para a experiência e desenvolvimento integral dos bebês e crianças pequenas.

1. Impactos sociais e educacionais na pandemia

A pandemia pelo novo coronavírus ao mesmo tempo que causa medo para todos, pois o sentido etimológico da palavra significa: todo o povo (SANTOS,2020), evidenciou as desigualdades sociais em todas as esferas da sociedade com mais intensidade. Santos (2020) ao delinear o cruel ensinamento do vírus, afirma que embora no discurso preconizado

pelas mídias e as agências de saúde vincule a ideia de comunidade, solidariedade planetária, a ação do vírus tem alvos privilegiados, pois como isola-se quem não tem casa, ou tem um espaço pequeno para morar restrito a um cômodo? Como os vendedores ambulantes que precisam trabalhar nas ruas para garantir a sua subsistência vivem na pandemia? Neste paradoxal discurso midiático difundido de “ficar em casa”, só foi possível para quem tinha segurança financeira de empregos que possibilitassem o *home office*.

O autor ainda assevera que na quarentena as minorias sempre sofrem de forma mais desigual na pandemia. Os trabalhadores informais, denominados de autônomos; os trabalhadores das ruas; os sem tetos; os que moram nas comunidades das periferias, sem saneamento básico e/ou água potável todos os dias para poder fazer as medidas sanitárias exigidas pelas agências de saúde; as mulheres que com uma jornada de trabalho intensificada, dentro de casa, durante a pandemia, agora tem que desenvolver, por 24 horas, a dedicação aos filhos e a outros membros da família, desdobrando-se em realizar as tarefas domésticas e atividades laborais do trabalho remunerado, acarretando sobrecarga e stress diário. Santos (2020) denomina o espaço político social e cultural dessas pessoas durante a pandemia, com a exigência de isolamento social, a *Sul da quarentena*, pois

a Sul não designa um espaço geográfico. Designa um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual (SANTOS, 2020, p.14).

E as crianças, como seus direitos são respeitados nesta pandemia pelo COVID-19? Sem escolas, confinadas, como ficam o pulsar dos seus movimentos corporais? Como ficam as experiências do cotidiano no desejar conhecer, aprender, sociabilizar e expressar-se por suas múltiplas linguagens, possibilidade, que tinham antes com seus pares fora do núcleo familiar? Os bebês e crianças pequenas foram afetadas também de modo desigual, pois para as crianças da instituição pública a pandemia revelou que

o educar vai além dos atos de ensinar e aprender, pois sua função social também é de suma importância, porque muitas vezes, supri a principal alimentação do dia daquelas crianças. Kohan (2020) revela a face dupla do vírus para as desigualdades entre as escolas públicas e privadas, quando afirma que

[...] a diferença radical entre as escolas públicas e particulares e, de um modo mais geral, entre a educação pública e a educação privada; o tanto de coisas que se fazem em uma escola, que não dizem respeito a apenas ao ensinar e ao aprender, mas à dimensão social da escola em um país como o Brasil, onde, para muitos setores da população, a escola é o local onde se faz a principal (ou única) refeição do dia e que não há como fazer quando ela fecha as suas portas (KOHAN, 2020, p.05).

Outro aspecto muito evidente nas diferenças entre as escolas públicas e privadas é a visão mercantilista da educação. As escolas particulares para justificarem o duplo custo de suas mensalidades pagas pelos pais, por meio dos impostos e mensalidades cobradas, adotaram o ensino remoto, desde quando as aulas presenciais foram suspensas. Uma avalanche de atividades que pouco desenvolvem o senso crítico, com uma visão utilitarista das tecnologias de apenas fazer aferição dos resultados, por meio de exercícios e avaliações foram implementadas pelas escolas da rede privada. Além de cobranças de adequações aos professores, sem nenhuma formação prévia e prolongada.

Alves (2020) traz os aspectos evidenciados na sua pesquisa durante a pandemia, destacando as práticas pedagógicas na rede privada de Salvador na educação básica, observando as práticas realizadas com as crianças no ensino remoto e uma interlocução com os documentos oficiais. A autora constatou que as tecnologias têm sido utilizadas, neste período de atividades remotas, com fins utilitaristas, pois funcionam como meros recursos didáticos, com intuito de “animar” as aulas, repositórios de textos, não contribuindo, portanto, para uma aprendizagem e ações educativas

colaborativas do processo de ensino e aprendizagem entre professor/professora e alunos/alunas.

Já as instituições públicas de Salvador se depararam com as dificuldades elementares das crianças e adolescentes não possuírem acesso à internet, computadores ou notebook para usar nas aulas remotas, o que impossibilitou uma política de inclusão digital desde o fechamento das escolas.

Como salienta Kohan (2020) a pandemia revelou a velha concepção de uma educação da rede privada como uma empresa educativa. Fenômeno que propicia um processo de educar, por inanição para os alunos, pois os mesmos, sem saber o que estão e para que estão assimilando, vão consumindo informações, sem tempo para maturar e aprender, resultando em uma aparente qualidade de conteúdos e recursos, mas deficitários no seu processo crítico, criativo e significativo como objetivo principal de aprender para a vida.

A pandemia chegou para todos, afetando de modo diferentes, pois acirrou e revelou em elevada proporção as desigualdades sociais, principalmente, no que concerne as concepções de modos de educar e aprender entre a rede pública e privada. Os grupos minoritários que sempre ficaram à margem dos processos de participação dos bens sociais – pessoas de baixa renda, desempregados, profissionais de aplicativos, mulheres, crianças, indígenas, pessoas com deficiências, idosos, dentre outros grupos também sofreram os impactos de não terem acesso, com segurança aos bens sociais básicos como saúde, saneamento e moradia. A educação também ficou cercada com a pandemia. A falta de uma política unificada e organizada pelo Ministério da Educação, não garantiu as mesmas condições de acesso à educação remota para as escolas públicas, revelando a *necropolítica* existente de desqualificação dos serviços públicos essenciais. A educação é um desses bens sociais, imprescindíveis, que vem sofrendo um desmonte gradativo, para acesso e permanência com qualidade para a população de baixa renda. Afinal, um povo educado, conhece e reivindica seus anseios para equidade social junto ao Estado.

2. Concepções de educação da infância e crianças

Em um cenário *necropolítico* a pandemia traz também antigas concepções de infâncias e crianças que não passam incólume a crueldade da pedagogização do novo coronavírus. No que concerne à educação infantil, primeiro seguimento da educação básica, para uma concepção assistencialista para a infância. Na maioria do território nacional e no próprio Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado em 07 de julho de 2020, recomendou-se o retorno prioritário das crianças da educação infantil para liberar as milhões de pessoas da classe trabalhadora, que tem renda domiciliar de até meio salário mínimo. Embora as crianças não sejam propensas a contraírem a infecção pelo COVID-19, de acordo a Organização Mundial de Saúde –OMS, elas podem ser vetores de disseminação para os membros adultos e idosos de sua família. Nesta direção, mais uma lição é aprendida do vírus na sociedade capitalista, a economia exerce um valor simbólico maior que a segurança e a vida das pessoas. Como evidenciado no recorte do Parecer do CNE, a seguir:

O retorno dos estudantes mais novos, além de liberar maior número de mão de obra para vários setores da economia formal e informal, tem menor impacto sobre os serviços de transporte, pois as crianças menores residem em geral mais próximas da escola. Outro ponto importante é o menor número de alunos por sala de aula, o que facilita a reorganização da sala de aula e o distanciamento. Em suma, o estudo destaca um conjunto de fatores que contribui para a reativação da economia e garantia da educação das crianças menores que têm mais dificuldade para desenvolver atividades não presenciais de modo autônomo (BRASIL, CNE, 07 de julho 2020, p. 05).

Nas entrelinhas deste discurso está também a concepção platônica, por perceber a infância como inferior em relação a fase adulta. Nesta visão as crianças são acessórios não-importante da *polis*, o sem lugar (KOHAN, 2005). Por isso pode ser excluído como sujeito da sociedade em tempos de pandemia, ao invés de ficar em casa tendo outras experiências no convívio

com sua família e garantir a saúde e segurança dos membros de seu domicílio, elas são importantes, neste contexto pandêmico, para movimentar a economia. Esta concepção deriva outra visão sinalizada por Kohan (2005) que era comungada por Platão, a infância como marca de poder, ou seja, as crianças são mencionadas no discurso normativo, porque a política precisa da infância como possibilidade de um futuro melhor. No caso em questão a volta dos membros da família as atividades laborais para dinamizar a economia.

Outro aspecto a destacar neste extrato do Parecer é considerar o retorno das crianças da educação infantil, porque “tem mais dificuldade para desenvolver atividades não presenciais de modo autônomo” (BRASIL, 2020, p.05). Neste trecho, intrinsecamente, revela uma concepção de educação da infância tutelada, como se as crianças no seu cotidiano não tivessem capacidade de pensar e agir autonomamente, a partir das experiências do cotidiano e suas interações com as pessoas de suas famílias. Perspectiva que vai de encontro com a concepção de criança autônoma posta nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil –DCNEI (2010), ainda em vigor. As crianças são concebidas como sujeitos de potência, protagonistas de suas aprendizagens nas relações que estabelecem com as pessoas e seu ambiente social. As crianças não são capazes de ficarem em frente a tela, apenas ouvindo e respondendo exercícios, sem sentido para elas, pois aprendem experimentando, questionando, sentindo, como bem define as DCNEI:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, DCNEI, 2010, p. 12).

Uma prática de educação *on line* não caberia, nesta concepção preconizada nas DCNEI para as crianças das creches e pré-escolas, pois a

sua autonomia relativa é de aprender junto, nas interações que estabelece com as pessoas e o seu mundo físico e social de forma ativa, não passiva.

Essas concepções de infância e crianças emergiram neste contexto pandêmico, com muito evidência, contrariando os estudos nas últimas décadas que posicionam as crianças como atores sociais e a infância como uma categoria geracional dotada de uma existência histórica concreta.

3. Possibilidades infantis na pandemia

Cogitou-se para crianças da Educação Infantil uma possibilidade de uma educação *on line* nos pareceres iniciais do CNE, a partir da pressão da Associação Nacional de Pesquisadores de Educação (ANPED), professores e estudiosos que militam e reivindicam respeito as peculiaridades de aprender e conhecer o mundo dos bebês e crianças pequenas, desencadeou um redimensionamento das orientações para este segmento da educação básica diferente do anteriormente proposto. Mesmo assim, algumas escolas particulares de Salvador, por exemplo, aderiram às “aulas virtuais” para as crianças da Educação Infantil, pois como já dito acima a ideia educativa de mercado é muito presente na rede privada, o que revela também as disparidades e divergências de concepções de educação da infância no Brasil.

Desta forma a luz de Kohan (2005, 2008, 2020) trago alguns caminhos possíveis para repensar a educação para infância na pandemia, que adentrará o ano subsequente - 2021.

Na Grécia antiga, segundo Kohan (2005), existiam três concepções de temporalidade na construção da vida cotidiana e social: *khronos*, *kairós* e *aión*. O tempo *khronos* referia-se ao relógio e o calendário institucional. É um tempo linear marcado pela sucessão progressiva e indiferenciada dos dias, dos horários. A sua composição distingue-se pelo passado e o futuro, há uma fronteira entre ambos, com o tempo presente representado pelo instante, o agora. O *kairós por sua vez* é o tempo da oportunidade, é a

possibilidade de experimentar algo que não poderíamos experimentar em outro momento, é um tempo singular, único. Já o *aión* é a durabilidade intensa e profunda no tempo. A marca do *aión* é um tempo que faz o presente ficar em suspenso de forma duradoura. São aquelas experiências tão prazerosas que não percebemos o tempo passar.

De acordo Kohan (2020) essas configurações temporais gregas também perpetuam na educação. A pandemia fez parar o tempo *khronos*, interrompendo o calendário escolar, a organização curricular, exigindo um repensar na forma do espaço escolar ser o lugar por excelência de problematização do conhecimento e aprendizagem. Entretanto, há dois tempos que considero importantes neste período de pandemia que professores, as famílias e os gestores educacionais de todas as esferas deveriam valorizar: o tempo *kairós* e o *aión*.

O tempo *kairós* é importante porque as escolas fechadas, oportunizam as famílias conhecerem mais as potências inventivas de seus filhos. Apesar das orientações do CNE indicarem que as instituições deveriam enviar sugestões de atividades para as crianças das creches e pré-escolas, o que considero um equívoco, pois pai, mãe, tia, tio, avó, avô não são professores, mas educadores e não há manual para assumir as funções parentais dos responsáveis pelas crianças. A educação realizada em casa é diferente da educação realizada na instituição escolar, por isso não se deve confundir os papéis. À família cabe cuidar e criar dentro dos seus projetos pessoais e suas crenças. À escola tem a incumbência de educar e cuidar no sentido de escutar, acolher e respeitar as diferenças individuais da criança de modo a proporcionar o seu desenvolvimento cognitivo, emocional, psicomotor, cultural e social, a partir do olhar curioso, investigativo das crianças, possibilitando também apropriação dos conhecimentos acumulados pela humanidade de forma lúdica e significativa.

Cabe a escola suscitar e informar às famílias como os bebês conhecem e aprendem, sem receituários de atividades. A partir de então entra em ação o tempo *aión* típico dos bebês e crianças bem pequenas que aprendem e se desenvolvem pelas experiências típicas do cotidiano, fazendo

junto com suas famílias ou sozinhas. O brincar, ouvir contos orais ou escritos, cantar cantigas de rodas com as famílias, enfim, viver aspectos essenciais da infância que só podem acontecer pelas interações e brincadeiras. Como afirma Kohan (2008):

Afinal, nossa relação com a infância está sempre ligada a certa relação com o tempo. [...] O novo, no tempo – como na educação e em quase todas as outras coisas – é questão de experiência. De atenção. De escuta. De início imprevistos, interruptores, criadores. De pensar incícios e de iniciar no pensar. Sempre com a intensidade da primeira vez (KOHAN, 2008, p. 61).

Essas duas possibilidades temporais - *kairós* e *aión* - possibilitam as crianças durante a pandemia, viverem um tempo diferente da infância, sem amarras das rigidez do tempo marcado pelo calendário das creche e/ou pré-escolas. A escola, no entanto, nesta direção não perde o seu mérito e lugar de excelência de aprendizagens intencionais, fundamentadas em eixos norteadores dos conhecimentos historicamente acumulados e de experiências lúdica e estéticas significativas para o desenvolvimento integral das crianças. Em casa, porém, as crianças experimentam e participam de outras vivências. Cabe a escola estabelecer canais de comunicação escrita, audiovisual ou virtual, durante a pandemia, para explicar as famílias como os bebês e as crianças pequenas, apropriam-se do mundo que as cercam. Este é um caminho de possibilidade e estreitamento da relação família-escola em um tempo de tantas incertezas e de distanciamento social.

Considerações finais em tempos pandêmicos

Os impactos da pandemia na Educação dos bebês e crianças pequenas são inevitáveis, pois o coronavírus desencadeou uma cultura social de voltar-se para dentro de casa, de forma mais intensa, porém temporária. Revelou mais nitidamente as desigualdades, principalmente, no acesso as

tecnologias digitais, precarização do trabalho e condições de moradia da população.

Este tempo de suspensão temporária do convívio coletivo das crianças com seus pares e profissionais de educação, não impedirá o desenvolvimento integral das crianças desde que suas famílias e os gestores do sistema de educação as respeitem como sujeitos dos seus contextos. A parada obrigatória na pandemia e na quarentena, fora dos muros da escola, possibilitam outras experiências importantes para as crianças no cotidiano com suas famílias. Ao envolvê-las nas atividades de rotina elas aprendem, perguntam e conhecem o mundo.

Contudo, faz necessário reafirmar, que é por intermédio das interações e pelo brincar as crianças evidenciam suas aprendizagens, em casa ou na escola, em períodos de pandemia ou no tempo “normal” da vida. Cada espaço de socialização das crianças, no entanto, dar o seu contorno peculiar com e nas experiências infantis, conforme a função social exercida na sociedade

Referências

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade In: *Revista Interfaces Científicas*, Aracaju, V.8, N.3, p. 348 - 365 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047> . Acesso em 05 de out 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil*. Brasília, MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília, MEC, SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf, Acesso em 26 out 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades*

pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19. 28 de abril de 2020. Brasília, DF, 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19*. 07 de julho de 2020. Brasília, DF, 2020.

_____. Ministério da Saúde. *Dados do COVID-19*. Atualização 27/10/2020. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 27 de out.2020.

KOHAN, Walter O. *Infância: entre educação e filosofia*. 1 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

_____. Infância e Filosofia In: *Estudos da infância; educação e práticas sociais*. SARMENTO, Manuel, GOUVEA, Maria Cristina (Orgs). Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

_____. **Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica** In: *Revista Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-9, 2020.

Disponível em <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16212/209209213391>. **Acesso em : 26 de out. 2020.**

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, S/A, 2020.

Submetido em: 30/10/2020

Aceito em: 03/01/2021

Publicado em: 02/02/2021